



AS TRÊS MARIAS FORAM ABSOLVIDAS

Na foto, a escritora Maria Teresa Horta, autora, com Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno, do livro «Novas Cartas Portuguesas». O tribunal absolveu-as da acusação de atentado à moral. (Pág. 17)

ABSOLVIÇÃO PARA AS "NOVAS CARTAS PORTUGUESAS"

O juiz mandou em paz três Marias de cravo ao peito

As «Novas Cartas Portuguesas» passaram ontem de tabú a «best-seller». O juiz Acácio Lopes Cardoso, rodeado de fotógrafos, declarou que «o livro não é pornográfico nem imoral», justificando-o como obra-de-Arte. Absolvidas pois as Três Marias, mandados devolver às autoras os exemplares apreendidos pela polícia fascista, houve na Brasileira quem desse, duas horas depois, quinhentos escudos pela primeira edição portuguesa do texto maldito que vai sair ou já saiu em quase todas as línguas do mundo.

«É um caso único na minha vida de juiz», comentou apenas o magistrado, cansado de dez páginas de sentença e do clarão dos «flashes», rematando um julgamento ininterrompido por um golpe de Estado e pela inversão dos valores políticos vigentes. Mas já antes do 25 de Abril se conjecturava que ele intervenção ou subvertendo, viria a absolver as escritoras rés.

A Secretaria de Estado de Informação e Turismo, que superintendia nos serviços de censura à Imprensa, impôs, depois de muitos cortes, um absoluto silêncio aos jornais que queriam noticiar o julgamento. A certa altura, nem mesmo a data e hora das audiências pudemos dizer: é que as «Novas Cartas Portuguesas», acusadas de «pornografia e ofensa à moral pública», são sobretudo um documento político e uma afirmação de combate que o fascismo não podia suportar. E se a Imprensa de todo o mundo pôde noticiar o escândalo da Perseguição ao livro e às escritoras, nós não pudemos dizer, inicialmente, mais do que a rotina dos tribunais: «no 6.º Juízo Correccional de Lisboa começou ontem às 10

horas, o julgamento de, etc.» E, mais tarde, nem sequer isto. É aqui que a máquina de escrever resvala para a vingança: mas vamos à verdade.

«Mulheres-unidas-jamais serão-vencidas» era o estribilho que faltava e que a absolvição das **Novas Cartas** desencadeou, em plena sala de audiências, quando as escritoras, de cravo vermelho ao peito, recebiam os primeiros parabéns. Parabéns pelo livro autorizado e legal, parabéns pelo livro proibido e vitorioso? Até as feministas, pelos vistos, ganharam com os homens do 25 de Abril. E vão lançar em Portugal o «Movimento da Libertação da Mulher». «De extrema-esquerda», precisou Teresa Horta. Homens e mulheres atenção ao evento.

A SENTENÇA

Marcada para 18 de Abril, a leitura da sentença do caso das «Três Marias» realizou-se ontem à tarde, na pequena sala do 6.º Correccional da Boa-Hora, superlotada de jornalistas curiosos de um desfecho esperado mas que a história recente tornou simbólico.

O dr. Lopes Cardoso sumariou as declarações das dezenas de testemunhas de defesa, todas figuras destacadas dos meios literários e intelectuais da antiga oposição, algumas delas promovidas ao primeiro plano da vida política do novo regime. A continuidade do julgamento, contra a descontinuidade dos acontecimentos exteriores, lançou entre ao presentes um sorriso irónico, como se assistissem ao filme do funeral dum inimigo odiado. Imperturbável, o agente do Ministério Público, que muito antes do 25 de Abril, e corajosamente, pedira a absolvição das rés, parecia querer representar

a Lei justa e indiferente à História.

Outros processos iguais a este, haverá ainda? «Há sempre uma moral vigente...», disse o dr. Santos Matias.

Na alocação final, o juiz afirmou que «muito e muito mais há esperar do talento das autoras». O co-réu, o editor Romeu de Melo (Estúdios Côr), também absolvido, ouviu que «tinha prestado um serviço à cultura nacional». É uma das verdadeiras, já se sabia, mas tem o seu gosto ouvi-la, e dum juiz que, fazendo justiça, antecipou uma nova legalidade por que tanto se tem lutado na Boa-Hora.

UM LIVRO SOBRE O PROCESSO

Podemos anunciar que os intervenientes no processo vão publicar conjuntamente um livro com todas as peças judiciais, desde as declarações dos réus à sentença final, para que não se espera recurso (recurso que, nos termos da lei ainda vigente, poderia ser interposto no prazo de cinco dias: «Não se prevê», disse, seco, um funcionário judicial.) O livro poderá sair já no próximo mês.

Depois da agitada audiência, recolhemos o seguinte depoimento do dr. Duarte Vidal, advogado de Maria Isabel Barreno: «A magistratura portuguesa ficou dignificada com esta notável sentença, que repudiou os critérios obscurantistas que vigoravam na direcção-Geral da Informação e que tantos prejuízos trouxeram à criatividade literária no nosso país. Creio que esta sentença contribuirá para que uma nova era se abra neste País, quanto a este e outros aspectos, após tantos anos de domínio fascista».

O advogado de Maria Teresa Horta, dr. Ataíde Ferreira, responder assim às perguntas dos jornalistas: «Normas como as que incriminaram este livro encontram-se em quase todas as legislações. Mas o entendimento que se dá à moral pública alte-

ra-se com o tempo e com o espaço. Se a acusação fosse a mesma, a defesa, neste processo, seria ainda a mesma, de uma perspectiva estritamente jurídica. A publicação de um «dossier» sobre este caso põe ainda problemas de ordem global, dada a natureza secreta do processo».

O CASO

As três Marias são Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta, escritoras de primeiro plano na moderna literatura portuguesa. Em 1971, afinidades de formação e de projecto levaram-nas a escrever conjuntamente um livro que ataca globalmente a situação da mulher numa sociedade capitalista e machista, como a portuguesa ainda é. O nível, determinante e determinado, da sexualidade, domina muitas das páginas do livro, que é inovador como organização estética e, entre nós, como documento político.

As «Novas Cartas Portuguesas» tiram o seu título das «Cartas» atribuídas a Mariana Alcoforado, ponto culminante da literatura erótica europeia, publicadas originalmente em francês no Séc. XIX, e recentemente encenadas em Portugal.

A pretexto de «pornografia» (que nenhum leitor nelas encontrou), as «Novas Cartas Portuguesas» foram apreendidas pelas autoridades do regime deposto. As autoras, interrogadas pela Polícia Judiciária tal como o responsável pela edição, puderam aguardar o julgamento em liberdade por lhes terem sido arbitradas cauções.

O livro, traduzido entretanto para as principais línguas literárias, tornou-se um símbolo na luta dos movimentos femininos internacionais, que realizaram acções e comícios de apoio às três escritoras portuguesas. Os críticos das mais importantes publicações estrangeiras consideram-no uma obra-prima. O público português, só agora o poderá conhecer.